

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2022**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DA  
BASE CARTOGRÁFICA E CADASTRO TÉCNICO.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11.439/2021**

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES  
POSTERIORES; DECRETO MUNICIPAL Nº 19.749/2009 E LEI MUNICIPAL Nº 4.244/2019.**

**CONDIÇÕES PRELIMINARES**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviços de atualização da **Base Cartográfica e Cadastro Técnico**, a partir de levantamento aerofotogramétrico digital e visitas in loco, possibilitando a execução do Monitoramento / Recadastramento / Criação de Cadastro Imobiliário Multifinalitário Georreferenciado, nas zonas Urbana e Rural do Município, Atualização e Criação de Planta Genérica de Valores Georreferenciada nas Zonas Urbana e Rural do Município, recadastramento e avaliação de ativos imobiliários Municipais, implantação de sistema de gestão da base de dados geográficos (SGBDG) corporativo Web – Desktop e Mobile, bem como demais atividades necessárias à execução das atividades que se encontram descritas no Termo de Referência.

**1.2. AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital se encontra disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.pma.es.gov.br/licitacoes/> ou junto à Comissão Permanente de Licitação, na Secretaria de Suprimentos – SEMSU, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, à Av. Morobá, nº20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, no horário de 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

**1.2.1.** Eventuais alterações no Edital observarão o disposto no art. 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**1.3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos relativos ao presente certame à Comissão Permanente de Licitação, por meio do Tel: (27) 3270-7080, ou e-mail: [licitacao@aracruz.es.gov.br](mailto:licitacao@aracruz.es.gov.br), ou ainda, pessoalmente, na sede da Secretaria de Suprimentos, na Av. Morobá, nº20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, no horário de 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

**1.4. PROTOCOLO DOS ENVELOPES:** até as **13h30** do dia **10/02/2022** no Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Centro, CEP:29.190-058, Aracruz/ES. (Ressalta-se que o horário de funcionamento do Protocolo Geral é de 12h às 18h).

**1.4.1** O protocolo dos envelopes poderá ser encaminhado via correspondência. Nesse caso, os 02 envelopes (conforme itens 8 e 9 deste Edital) deverão ser acondicionados num outro envelope e encaminhado à Comissão Permanente de Licitação – SEMSU / Prefeitura de Aracruz, fazendo menção ao referido edital, devendo ser endereçado ao Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre João Luiz Parenzi, nº 710, Centro, Aracruz/ES – CEP: 29.190-058 (Ressalta-se que o horário de funcionamento do Protocolo Geral é de 12h às 18h). Informa-se que a Comissão não se responsabiliza por atrasos em decorrência desse envio/entrega.

**1.5. SESSÃO ABERTURA DOS ENVELOPES:** às **14h30** do dia **10/02/2022** na Secretaria de Suprimentos, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, à Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES.

**1.6. VISITA TÉCNICA:** ocorrerá entre os dias **11/01/2022 a 09/02/2022**, de **13h30 às 16h30**, devendo ser agendada exclusivamente pelo e-mail [iptu@aracruz.es.gov.br](mailto:iptu@aracruz.es.gov.br), indicando a agenda proposta (dia, mês, ano e horário), o nome do representante, CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e Carteira de Identidade. Eventuais dúvidas acerca da visita técnica podem ser dirimidas por meio de contato para o número (27)3270-7955.

**1.6.1.** A visita será considerada agendada somente após a devida resposta do e-mail com a solicitação de agendamento.

## **2. IMPUGNAÇÃO**

**2.1.** A impugnação ao Edital deverá ocorrer na forma do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, ser dirigida à Comissão Permanente de Licitação, referenciando-se o número do Edital, instruída com o Contrato Social e a qualificação do representante legal, devendo ser protocolada no Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP:29.190-058, Aracruz/ES, ou através do email [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br). (Ressalta-se que o horário de funcionamento do Protocolo Geral é de 12h às 18h).

**2.1.2.** Não serão aceitas as impugnações não oficialmente protocoladas e nos termos acima descritos.

## **3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**3.2.** Não será admitida a participação nesta licitação de empresas que:

- a) Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participar em licitação e/ ou impedimento de contratar com o Município de Aracruz;
- b) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo à reabilitação;
- c) Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Aracruz;
- d) Que estejam sob processo de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência, salvo aquelas empresas que demonstrarem que a recuperação judicial ou extrajudicial já foi concedida ou homologada, respectivamente, na forma prevista na Lei 11.101/2005, desde que tenham capacidade econômica financeira;
- e) Se façam representar por pessoa sem a devida autorização;
- f) Estejam enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- g) Estejam reunidas em consórcio ou grupo de firmas ou qualquer outra modalidade de interdependência entre firmas licitantes.

### **3.3. Participação De Microempresa E Empresa de Pequeno Porte**

**3.3.1.** Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar juntamente com a documentação de Habilitação, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, os seguintes documentos:

**a)** Declaração que não está incursa em nenhuma das vedações do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

**b)** Certidão Simplificada expedida, no presente exercício, pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006,

**b.1)** A Certidão apresentada para atendimento da alínea “b” acima (expedida pela Junta comercial ou pelo cartório de registro) deverá atestar expressamente o enquadramento da empresa como ME ou EPP, sob pena de perda do direito de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

## **4. CREDENCIAMENTO**

**4.1.** No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão pública de processamento desta Concorrência, iniciando-se com o **credenciamento** dos interessados em participar do certame, os quais deverão apresentar os seguintes documentos à Comissão de Licitação:

**a)** Carta de Credenciamento (Modelo Anexo III);

**b)** Documento que comprove que o signatário do credenciamento possui poderes expressos para firmá-lo, podendo ser Contrato Social, Estatuto ou Ata de Eleição, podendo ser cópia autenticada ou Cópia simples com apresentação do original;

c) Documento de identificação do representante da empresa que irá participar do certame, podendo ser cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original.

**4.2.** No caso de participação do dirigente ou proprietário da licitante, não é necessário o preenchimento da Carta de Credenciamento, fazendo-se necessário somente a apresentação dos demais documentos.

**4.3.** Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e **NÃO DEVEM** ser colocados dentro de nenhum dos Envelopes, quer seja de HABILITAÇÃO ou de PROPOSTA.

**4.4.** O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente processo licitatório.

**4.5.** Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para este feito, **um único representante por licitante interessada.**

**4.6.** Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto à Comissão Permanente de Licitação, sob pena de indeferimento do credenciamento para ambas.

**4.7.** A falta de apresentação ou incorreção do credenciamento não inabilitará o licitante, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma.

### **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

#### **5. VALOR ESTIMADO**

**5.1.** O valor global máximo estimado para a contratação é de **R\$ 15.344.309,76 (quinze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e nove reais e setenta e seis centavos).**

**5.2.** O Município de Aracruz pagará à Contratada pela execução dos serviços os preços estabelecidos nas planilhas orçamentárias apresentadas pela vencedora sob o regime de empreitada por preços unitários.

## **6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Dotação: 220

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 (2021)

Natureza da Despesa: 4.4.90.39.00 (2022)

## **7. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**7.1.** O recebimento dos envelopes “Proposta de Preços” e “Habilitação” dar-se-á, mediante protocolo, no local, data e horário constantes no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

CONCORRÊNCIA N.º 01/2022

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

CONCORRÊNCIA N.º 01/2022

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

## **8. ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1. No envelope nº 01** - Proposta de preços deverá conter:

**a)** Carta Proposta de preços impressa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em papel timbrado da licitante, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e ao final, a assinatura e identificação do representante legal da proponente, conforme modelo anexo ao edital (Anexo IV), contendo ainda as informações abaixo:

- a.1)** Valor Unitário, expresso em real, para cada item do lote único;
- a.2)** Valor Global, expresso em real, inclusive indicando o valor por extenso;
- a.3)** Prazo de execução: conforme item 23 do edital;
- a.4)** Prazo de validade da proposta: não inferior a 60(sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação.

**a)** Declaração de aceitação de todas as condições deste edital, inexistência de fato superveniente impeditivo à participação na licitação e de que está apta a executar os serviços (Modelo Anexo V);

**b)** Termo de vistoria técnica **ou** Declaração de Conhecimento e Vistoria Técnica (Modelo Anexo VI);

## **9. ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO**

**9.1.** O Envelope nº 02 deverá conter os documentos relativos à habilitação, os quais deverão ser apresentados em uma só via, em original ou cópia reprográfica autenticada por Tabelião de Notas ou por Servidor da Comissão Permanente de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, devidamente numerados e rubricados por seu representante legal, na ordem seguinte:

### **9.2. Habilitação Jurídica**

**a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver. Para as sociedades por ações, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores e; no caso de sociedades civis, da diretoria em exercício;
- c)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e)** Documento oficial de identificação com foto do representante legal (proprietário, sócio ou gerente, diretor e procurador), conforme o caso.

### **9.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**Cartão CNPJ**), atualizada;
- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (com situação ativa), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c)** Certidão de Regularidade de Situação – CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data da entrega dos envelopes;
- d)** Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal**);



**d.1)** A regularidade perante a Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá também ser comprovada por Certidão Conjunta, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 31 de agosto de 2005.

**e)** Certidão Negativa de Débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data da entrega dos envelopes;

**f)** Certidão de Regularidade com a **Fazenda Pública do Município sede da empresa**, com validade na data da entrega dos envelopes;

**g)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

#### **9.4. Qualificação Técnica**

**a)** Certidão de registro da empresa e do responsável técnico, vinculada ao objeto da presente licitação, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia – CREA ou CAU/BR;

**a.1)** No caso de a empresa ser vencedora da licitação, as Certidões expedidas por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja no ES, deverão receber o visto, **no momento da contratação**, do respectivo Conselho sediado neste Estado (ES).

**b)** Comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, por intermédio de 01 (um) ou mais atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, fornecimentos de natureza similar aos serviços a serem contratados conforme especificado neste Edital e seus anexos como:

- 1 Monitoramento / Recadastramento Imobiliário e/ou Cadastro Multifinalitário Georreferenciados;
- 2 Levantamento aerofotogramétrico;
- 3 Atualização e/ou elaboração de Planta de Valores Genéricos;
- 4 Implantação de sistema SIG.

**b.1)** Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e endereço da entidade. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome, cargo exercido na entidade, números de telefone e/ou de fax para contato, estando as informações sujeitas à conferência pela Comissão de Licitação.

**d)** Indicação das instalações da proponente e do seu aparelhamento;

**e)** Comprovação de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente, pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços licitados, sendo que a equipe técnica deverá ser composta minimamente por 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro com registro no órgão competente, detentor de atestados de capacidade técnica devidamente acervados junto ao CREA ou CAU, relacionados aos serviços de Monitoramento/Recadastramento Imobiliário e Cadastro Multifinalitário Georreferenciados e Atualização/Elaboração de Planta Genérica de Valores – PGV;

**e.1)** A comprovação do vínculo far-se-á através de: CONTRATO SOCIAL da empresa devidamente registrado; fotocópia do REGISTRO DA CTPS, FICHA DE EMPREGADO ou CONTRATO DE TRABALHO ou Certidão de Registro junto aos conselhos profissionais, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

## **9.5. Qualificação Econômico-financeira**

**a)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**a.1)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**a.2)** Não constando no documento o prazo de validade, será considerada emitida até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

**b)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios;

**b.1)** No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

**b.2)** Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

**b.3)** No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

**b.4)** Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

**b.5)** Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

**b.6)** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

**c)** Comprovação de boa situação financeira da empresa licitante, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ( $\geq 1,0$ ), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**c.1)** O Demonstrativo com as memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

**d)** Comprovação capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 (patrimônio líquido), com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

## **9.6. Documentação complementar**

- a)** Declaração de atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da CF (Modelo Anexo VII);
- b)** Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada (para as licitantes que invocarem tal condição) (Modelo Anexo VIII).
- c)** Certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a

empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do Artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006. (quando for a opção).

**Observações:**

- a)** A documentação poderá ser autenticada por membro da Comissão de Licitação **até o dia útil imediatamente anterior à data de protocolo dos envelopes;**
- b)** Caso as certidões expedidas pelas fazendas estadual e municipal não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo, 90 (noventa) dias, e no Município de Aracruz, 60 (sessenta) dias;
- c)** Para efeito de apresentação dos documentos e das provas de regularidade acima mencionados, não serão aceitos quaisquer protocolos ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste Edital;
- d)** Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue na ordem sequencial indicada acima, numerada e vistada pelo proponente. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do procedimento licitatório;
- e)** A aceitação dos dados via "internet", conforme o caso, ficará condicionada à confirmação de sua validade pela Comissão de Licitação;
- f)** A licitante que não apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima será inabilitada.

## **10. PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO**

**10.1.** No local, dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, a Comissão de Licitação instalará sessão pública para realização dos trabalhos inerentes ao presente certame, obedecendo à sequência:

**10.2.** Credenciamento.

**10.3.** Abertura dos Envelopes Nº. 01 – Proposta de preços com a rubrica e exame dos documentos neles contidos, pela Comissão de Licitação e pelos representantes legais das Licitantes.

**10.4.** Em seguida a sessão será suspensa e os autos encaminhados à **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e Planta Genérica de Valores – COERI criada pelo Decreto nº 40.542/2021**, para a avaliação técnica e verificação do atendimento ou não dos requisitos mínimos do Sistema ofertado.

**10.5.** Instalação de Sessão interna de classificação das Propostas de Preços. A Comissão de Licitação se subsidiará da avaliação técnica emitida pela **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e Planta Genérica de Valores – COERI criada pelo Decreto nº 40.542/2021** para a classificação.

**10.6.** Divulgação do resultado, com abertura do prazo para interposição de recursos.

**10.7.** Transcorrido o prazo legal sem interposição de recursos ou que tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento de eventuais recursos interpostos, as licitantes serão convocadas para participarem da Sessão de abertura dos Envelopes nº. 02 – Habilitação.

**10.8.** Abertura dos Envelopes nº. 02 – Habilitação, com rubrica e exame dos documentos neles contidos, pela Comissão de Licitação e pelos representantes legais das Licitantes.

**10.9.** Em seguida a sessão será suspensa e os autos encaminhados à **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e Planta Genérica de Valores – COERI criada pelo Decreto nº 40.542/2021**, para a avaliação técnica da documentação de qualificação técnica.

**10.10.** Instalação de Sessão interna de julgamento dos documentos de habilitação, com divulgação do resultado e abertura do prazo para interposição de recursos. A Comissão de Licitação se subsidiará da avaliação técnica emitida pela **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e Planta Genérica de Valores – COERI criada pelo Decreto nº 40.542/2021** quanto à documentação de habilitação técnica, para o julgamento.

**10.11.** De todos os atos serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelos licitantes presentes e todos os membros da comissão, ficando os documentos à disposição dos licitantes para exame.

**10.12.** Não caberá desistência de proposta durante o processo licitatório, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**10.13.** Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão, permitindo-se aos interessados o exame no local dos Envelopes abertos.

**10.14.** Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de Licitação.

**10.15.** Havendo a interposição de recursos durante o julgamento de habilitação e de propostas, ante o efeito suspensivo que eles possuem, o mesmo repercutirá também sobre o curso do prazo de validade das propostas.

**10.16.** É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a criação de exigência não prevista no edital.

**10.17.** Ocorrendo a desclassificação/inabilitação de todas as licitantes, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas ou nova documentação.

**10.18.** Os envelopes dos licitantes ficarão sob a responsabilidade da Comissão de Licitação até a homologação do certame.

**10.19.** Após a homologação ou revogação/anulação da licitação, os Envelopes Nº 02 – Habilitação, lacrados, das licitantes que não participarem da fase de habilitação ficarão à disposição junto à Comissão de Licitação, para retirada, pelo prazo de 30 dias. Os envelopes não retirados, dentro do prazo estabelecido, serão destruídos.

## **11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**11.1.** A avaliação técnica para verificação do atendimento ou não dos requisitos mínimos do Sistema ofertado será processada pela **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e PGV – COERI, criada pelo Decreto nº 40.542/2021.**

**11.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e Anexos;
- b) Estiverem incompletas;
- c) Apresentarem preços unitários e/ou global que ultrapassem os valores estabelecidos neste Edital;
- d) Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos ou salários do mercado, acrescido dos respectivos encargos, salvo a exceção prevista no parágrafo 3º do art. 44 da Lei 8.666/93, com redação da Lei 8.883 de 08/06/94;
- e) Contiverem preços unitários e/ou global, comprovadamente, excessivamente elevados ou manifestamente inexecutáveis, assim considerados na forma do que dispõe a Lei Federal no 8.666/93;

**11.3.** Nos casos em que se constate a existência de erros numéricos nas propostas, serão procedidas as correções necessárias para apuração dos preços globais obedecida a seguinte disposição:

**11.3.1.** Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**11.3.2.** Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, proceder-se-á a correção dos subtotais, mantidos os quantitativos e os preços unitários das propostas;



**11.3.3.** Caso o proponente não aceite a correção dos erros a sua proposta será desclassificada.

## **12. JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**12.1.** A análise e julgamento da documentação relativa à Qualificação Técnica será realizada pela **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e PGV – COERI, criada pelo Decreto nº 40.542/2021.**

**12.2.** Serão consideradas Habilitadas as Licitantes que apresentarem toda a documentação estabelecida no presente Edital, de acordo com o solicitado e preencherem os requisitos de Qualificação Técnica exigidos.

**12.3.** Serão consideradas Inabilitadas as Licitantes que apresentarem qualquer deficiência ou omissão conforme a seguir:

- a) deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos;
- b) apresentar documentos com prazos de validade expirados;
- c) apresentar certidões ou declarações que não correspondam à verdade, sujeitando-se além da inabilitação, a aplicação das penalidades previstas em lei;
- d) apresentar documentos em desacordo com as exigências editalícias;
- e) Não preencherem os requisitos de Qualificação Técnica exigidos.

**12.4.** Não cabe desistência de proposta durante o processo licitatório, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

**12.5.** O Município poderá desclassificar e inabilitar licitantes até a assinatura do contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa;

**12.6.** O resultado do julgamento final será comunicado aos licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial.

### **13. FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO**

**13.1.** Será considerada vencedora do certame a proponente que tenha apresentado a proposta de **menor preço global** e que atendam aos requisitos desse instrumento convocatório, observadas ainda as condições seguintes:

**13.1.1.** A licitante vencedora será convocada a apresentar os sistemas nas versões Mobile e Desktop.

**13.1.2.** A arrematante deverá levar seu próprio equipamento (como laptops, coletores de dados, computadores etc.), com a sua solução instalada e preparada para a avaliação da Equipe de Apoio Técnico da Prefeitura Municipal de Aracruz.

**13.1.3.** A licitante deverá estar preparada para apresentação de seus Sistemas no dia e horário informados no encerramento do certame, que acontecerá em 3 (três) dias úteis, a contar da data da declaração da licitante vencedora, e a apresentação terá duração máxima de até 2 (duas) horas, com tolerância 30 (trinta) minutos adicionais.

**13.1.4.** O atendimento aos requisitos relacionados às funcionalidades e características do Sistema, previstas no Termo de Referência, serão comprovados através de demonstração/ amostra dos produtos, de modo que a licitante que não as demonstrar terá sua proposta desclassificada.

**13.1.5.** A empresa vencedora deverá atender a no mínimo 80% dos requisitos exigidos no presente edital, e os outros 20% deverão ser atendidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contatos da assinatura do contrato.

**13.2.** Caso a empresa vencedora não atenda aos requisitos da PROVA DE CONCEITO, será procedida a reclassificação à segunda colocada, a qual será avaliada, e assim por diante, até a apuração de uma licitante aprovada, que atenda a todos os requisitos da PROVA DE CONCEITO, que ao final será declarada a vencedora.

**13.3.** A avaliação técnica para verificação do atendimento ou não dos requisitos mínimos do Sistema ofertado será processada pela **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e PGV – COERI, criada pelo Decreto nº 40.542/2021.**

## **14. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**14.1.** Findo o processo licitatório, o adjudicatário será convocado expressamente para a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados da sua convocação expressa e formal, sob pena de decair do direito à contratação, e de, cumulativamente, ser-lhe cominada uma multa de valor pecuniário equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do Contrato, sem prejuízo da aplicação da penalidade preconizada pelo inciso III do Art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

**14.2.** A Administração, quando o convocado não assinar Ata ou termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ofertados, de conformidade com este Edital, ou, revogar a licitação sem prejuízo da cominação antecedente.

**14.3.** O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Aracruz.

**14.4.** Na hipótese de a vencedora da licitação ter seu registro no Conselho de outro Estado, deverá, receber o visto, no momento da contratação, do respectivo Conselho sediado no Estado do Espírito Santo.

## **15. REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1.** As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

**15.2.** Não dispondo o primeiro colocado de condições de atender integralmente a necessidade da administração, poderá a Ata de Registro de Preços ser firmada com os demais proponentes, observando a ordem de classificação.

**15.3.** Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, ou ente federativo ou poder que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta anuência do órgão gerenciador através de adesão.

**15.4.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**15.5.** O(s) contrato(s) decorrente da ata de registro de preço poderá(ão) ser alterado(s), observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

**15.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se ao Poder Público a realização de licitação pretendida ou contratação direta por dispensa de licitação, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

## **16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**16.1.** Dos atos da administração referente a esta licitação cabem os recursos previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações, especialmente o disposto no seu art. 109:

**16.2.** Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

- a)** Julgamento das Propostas;
- b)** Habilitação ou inabilitação da licitante;
- c)** Anulação ou Revogação da Licitação;
- d)** Rescisão do contrato, a que se refere Inciso I do artigo 79, da Lei 8.666/93;
- e)** Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

**16.3.** Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**16.4.** Pedido de reconsideração, ao Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, no prazo de 10(dez) dias úteis da intimação do ato.

**16.5.** O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto, eficácia suspensiva aos demais recursos.

**16.6.** Interposto, o recurso será comunicado as demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**16.7. Os recursos deverão observar os seguintes critérios:**

**a)** Serem dirigidos à Comissão de Licitação, impressos e devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;

**b)** Serem assinados por representantes legais da licitante ou procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório;

**c)** Serem apresentados no Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP:29.190-058, Aracruz/ES. [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br) (Ressalta-se que o horário de funcionamento do Protocolo Geral é de 12 às 18 horas).

**16.8.** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**16.9.** A Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**16.10. Não serão conhecidos os recursos / impugnações não oficialmente protocolados.**

## **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Serão aplicadas as seguintes sanções aos licitantes contratados que descumprirem total ou parcialmente as cláusulas editalícias ou contratuais e que praticarem atos visando frustrar os objetivos da licitação, dentre outras especificadas no Termo de Referência:

- a) Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos;
- d) Apresentar documento falso;
- e) Ensejar o retardamento da licitação;
- f) Não manter a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal; ou
- h) Comportar-se de modo inidôneo.

**17.2.** Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

**17.3.** As sanções aplicáveis são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**17.4.** A penalidade de multa, de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante, pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

**17.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

## **18. GARANTIA CONTRATUAL**

**18.1.** A adjudicatária deverá depositar, a título de caução inicial para garantia de execução do contrato, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 56 da lei 8.666/93 e suas alterações.

**18.2.** Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo de serviços, a Contratada deverá realizar o reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

**18.3.** A garantia responderá pelo cumprimento das obrigações do Contrato, ficando o Contratante autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.

**18.4.** O Contratante restituirá ou liberará a garantia, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da execução do Contrato, conforme § 4º, art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

## **19. FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** A execução dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI, nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/93, através da **Comissão Especial de Acompanhamento do Recadastramento Imobiliário e PGV – COERI, criada pelo Decreto nº 40.542/2021**, que deverá atestar a realização dos serviços contratados.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**20.1.** As hipóteses de subcontratação deverão ser prévia e expressamente autorizadas pelo órgão licitante, devendo a subcontratada preencher os mesmos requisitos da subcontratante, mormente quanto a sua capacidade (habilitação jurídica, fiscal, técnica profissional e econômico-financeira), e quanto a sua idoneidade para firmar Contratos com a administração pública.

**20.2.** Não será permitida a subcontratação total dos serviços, nem mesmo de parcelas relevantes do objeto, devendo o prestador indicado pela licitante, antes do início da realização dos serviços

**20.3.** A subcontratação, se autorizada pelo Município, não transfere à subcontratada a responsabilidade do Contrato perante o Contratante.

## **21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **21.1. O CONTRATANTE obriga-se a:**

- a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Proporcionar à Contratada o exercício de suas funções, dando-lhe acesso as suas instalações;
- c) Prestar à Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços;
- d) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e reajustes do mesmo.
- e) Pagar à contratada o valor devido em decorrência da prestação dos serviços executados, observadas as condições previstas em cláusulas contratuais, a serem firmadas.

#### **21.2. A CONTRATADA obriga-se a:**

- a) Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Executar os serviços ora contratados, com fiel observância às disposições da legislação em vigor, e de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Anexos;
- c) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo;
- d) Responder por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias, relativamente ao pessoal por ela utilizado para execução deste Contrato;
- e) Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- f) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização do Contratante .

### **22. PAGAMENTO e REAJUSTE DE PREÇOS**

**22.1.** Os pagamentos serão realizados mediante formalização da entrega dos serviços descritos, frente ao valor efetivamente executado, de acordo com a unidade de medida estabelecida no Termo de Referência.

**22.2.** Os preços serão fixos e irrevogáveis por um período de 12 meses, a contar da data da assinatura da Ata/Contrato.



**22.3.** Em caso de prorrogação de vigência, o preço dos serviços poderá ser reajustado após cada 12 (doze) meses, tendo como marco inicial a data da assinatura do contrato, pelo IPCA ou o índice oficial que vier a substituí-lo.

## **23. PRAZOS**

**23.1.** O prazo para execução de cada item seguirá a tabela apresentada no Termo de Referência, e será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada.

## **24. PUBLICAÇÃO**

**24.1.** Caberá ao Município a publicação do extrato da Ata e do Contrato..

## **25. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**25.1.** A participação na Licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, seus anexos e Projeto Básico (Termo de Referência), bem como na observância dos regulamentos administrativos e das Normas Técnicas Gerais ou Específicas aplicáveis.

**25.2.** Compete à licitante fazer um minucioso exame do Edital, planilhas e demais anexos, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital deverão ser formuladas, por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e proposta.

**25.3.** Quaisquer modificações ou alterações a serem introduzidas no Edital terão divulgação pela mesma forma que se deu o texto original com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**25.4.** Compete à licitante acompanhar nos meios oficiais (Diário Oficial dos Municípios - DOM), e no endereço eletrônico ([www.pma.es.gov.br](http://www.pma.es.gov.br)), eventuais alterações ou informações sobre este certame.

**25.5.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**25.6.** A licitante deverá ter pleno conhecimento dos elementos constantes desta licitação, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato

**25.7.** A licitante deverá arcar com todos os custos associados à preparação e apresentação de sua proposta

**25.8.** Não serão levadas em consideração pelo Município de Aracruz, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação do certame, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

**25.9.** Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Licitação, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Aracruz.

**25.10.** Estará sempre ressalvado ao Município de Aracruz, antes da assinatura do Contrato e em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o direito de revogar ou anular esta Licitação, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

**25.11.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

## **26. ANEXOS**

**26.1.** Integram o presente Edital, além do Projeto Básico (Termo de Referência), independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de especificações, quantitativos e valores estimados;

Anexo III - Credenciamento (modelo);

Anexo IV - Carta Proposta (modelo);

Anexo V - Declaração de aceitação de todas as condições do edital e Inexistência de fato impeditivo (modelo);

Anexo VI - Declaração de vistoria técnica (modelo);

Anexo VII - Declaração de atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da CF (modelo);

Anexo VIII - Declaração de enquadramento como ME/EPP (modelo);

Anexo IX - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo X - Minuta de Contrato.

Aracruz/ES, 06 de janeiro de 2022.

GERALDO MAGELA RAMOS  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS